

VIDROPORTO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações de resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Vidroporto S.A.
Porto Ferreira - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Vidroporto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Vidroporto S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto a seguir, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Desta forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Revisão da vida útil e valor residual do ativo imobilizado

Conforme nota explicativa 6.f e 12 às demonstrações contábeis, a Companhia revisa periodicamente as estimativas e premissas, tais como vida úteis e valores residuais, utilizadas para mensuração de seus ativos, em especial para determinar a vida útil econômica das máquinas, equipamentos e instalações, base para o cálculo dos encargos de depreciação.

Adicionalmente, a Companhia utiliza premissas e julgamentos para determinar o valor residual estimado de venda desses ativos no futuro. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos impactam de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda dos ativos. Dessa forma, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas de vida útil econômica e da determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações.

Avaliamos os julgamentos exercidos pela Companhia e consideramos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a adequação da estimativa de vida útil econômica as máquinas, equipamentos e instalações e do valor residual esperado desses ativos com base nas estratégias e planos de negócios da Companhia. Recalculamos os encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício e o valor residual atribuído no registro inicial do ativo.

Avaliamos a adequação do nível de divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a determinação das estimativas de vida útil econômica e a determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017 foram alteradas em relação àquelas apresentadas originalmente, em virtude de determinadas correções que foram identificadas pela administração e estão descritas na Nota Explicativa nº 1.1.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



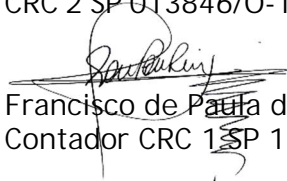
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

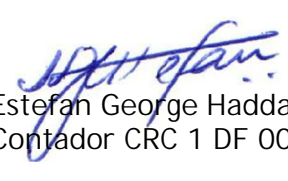
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 26 de setembro de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6


Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-5-S - SP

VIDROPORTO S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Circulante				Forneceedores			
Caixa e equivalentes de caixa	8	27.517.050	34.009.578		14	20.873.112	17.104.290
Contas a receber de clientes	9	60.155.883	81.948.944	Empréstimos e financiamentos	15	15.864.477	29.612.667
Estoques	10	25.944.056	31.135.124	Debêntures a pagar	16	28.666.983	13.384.066
Impostos a recuperar		2.508.188	2.717.756	Instrumentos financeiros derivativos	23	1.532.797	4.208.334
Imposto de renda e contribuição social	11	50.644	50.643	Salários, férias e encargos a pagar		4.176.345	3.814.726
Despesas antecipadas		1.076.584	799.688	Impostos e contribuições sociais a recolher		10.371.638	14.272.404
Outros investimentos		8.338.564	-				
Outros créditos		1.579.897	2.483.480	Dividendos e juros sobre capital próprio		8.185.437	4.542.851
		127.170.866	153.145.213	Outras contas a pagar		447.047	447.222
Não circulante						90.117.836	87.386.560
Realizável a longo prazo				Passivo não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	23	82.138	-	Empréstimos e financiamentos	15	11.356.559	12.007.121
Impostos a recuperar		2.238.876	2.028.801	Debêntures a pagar	16	73.373.382	101.698.076
Outros créditos		415.924	325.338	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	28.886.417	15.639.137
		2.736.938	2.354.139	Instrumentos financeiros derivativos	23	-	1.081.845
Outros investimentos		203.209	203.209	Provisão para contingências	22	1.874.960	1.402.361
Imobilizado	12	252.493.961	211.396.356			115.491.318	131.828.540
Intangível		120.542	73.867	Patrimônio líquido			
		255.554.650	214.027.571	Capital social	17	140.191.227	95.519.401
				Ágio sobre a emissão de novas ações		2.238.505	2.238.505
				Reserva legal		7.335.563	5.527.949
				Reserva de retenção de lucros		27.351.067	44.671.829
				Total do patrimônio líquido		177.116.362	147.957.684
				Total do passivo		205.609.154	219.215.100
				Total do passivo e patrimônio líquido		382.725.516	367.172.784
Total do ativo		382.725.516	367.172.784				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	18	249.555.001	264.611.775
Custos dos produtos vendidos	19	(163.707.623)	(180.952.191)
Lucro bruto		85.847.378	83.659.584
Outras receitas/(despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	20	(10.560.022)	(8.768.777)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas		(16.866)	(255.599)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas e impostos		75.270.490	74.635.208
Receitas financeiras	21	9.445.448	5.290.980
Despesas financeiras	21	(30.139.863)	(43.416.653)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		54.576.075	36.509.535
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	11	(5.176.524)	(3.595.971)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	(13.247.280)	(5.512.168)
Lucro líquido do exercício		36.152.271	27.401.396

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	<u>36.152.271</u>	<u>27.401.396</u>
Resultado abrangente total	<u><u>36.152.271</u></u>	<u><u>27.401.396</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Nota	Capital social	Ágio sobre a emissão de novas ações	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		95.519.401	2.238.505	4.157.879	23.183.354	-	125.099.139
Aumento de capital com reservas	17	-	-	-	780.488	-	780.488
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	27.401.396	27.401.396
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	17	-	-	1.370.070	-	(1.370.070)	-
Juros sobre capital próprio	17	-	-	-	-	(780.488)	(780.488)
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	(4.542.851)	(4.542.851)
Reserva de retenção de lucros	17	-	-	-	20.707.987	(20.707.987)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		95.519.401	2.238.505	5.527.949	44.671.829	-	147.957.684
Aumento de capital com reservas		44.671.826	-	-	(44.671.826)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	36.152.271	36.152.271
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	17	-	-	1.807.614	-	(1.807.614)	-
Juros sobre capital próprio	17	-	-	-	-	(831.078)	(831.078)
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	(6.162.515)	(6.162.515)
Reserva de retenção de lucros	17	-	-	-	27.351.064	(27.351.064)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		140.191.227	2.238.505	7.335.563	27.351.067	-	177.116.362

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	Nota	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		36.152.271	27.401.396
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização		11.918.717	11.836.568
Imposto de renda e contribuição social correntes		5.176.524	3.595.971
Imposto de renda e contribuição social diferidos		13.247.280	5.512.168
Resultado na venda de ativo imobilizado		726	723.999
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	(46.064)	-
Constituição de provisão para contingências	22	472.599	1.402.361
Ajuste a valor presente do contas a receber	9	(928.814)	772.419
Ajuste a valor presente de fornecedores	14	(179.659)	169.167
Realização do custo de transação		1.043.624	927.257
Instrumentos financeiros derivativos		(3.839.520)	13.774.729
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		24.342.177	23.809.558
Aumento/(diminuição) em contas a receber de clientes		22.767.939	(15.488.708)
Aumento em estoques		5.191.068	14.206.819
(Diminuição)/aumento em impostos a recuperar		(10.070)	3.638.037
Diminuição em despesas antecipadas		(276.896)	(686.611)
Aumento em outros investimentos		(8.338.564)	-
Aumento em outros créditos		812.997	114.469
Diminuição em fornecedores		(4.812.779)	(515.020)
Aumento em salários, férias e encargos a pagar		361.619	73.339
(Diminuição)/aumento em impostos e contribuições sociais a recolher		(3.613.878)	6.194.853
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(23.817.545)	(44.067.588)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		70.045.064	50.307.543
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	24. b	(44.248.573)	(3.278.200)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(44.302.462)	(3.282.398)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados		14.225.850	34.309.115
Custos de transação relacionado a empréstimos e financiamentos		-	(1.233.726)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(3.226.345)	(780.488)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos		(32.235.130)	(32.009.365)
(Diminuição)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(6.492.528)	15.015.780
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		34.009.578	18.993.798
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		27.517.050	34.009.578
(Diminuição)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(6.492.528)	15.015.780

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

1. Contexto operacional

A Vidroporto S.A. (“Companhia”) é uma entidade domiciliada no Brasil. O endereço da Companhia é na Rodovia Anhanguera, km 226,8, localizada, na cidade de Porto Ferreira, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social, a produção, industrialização, comércio, importação e exportação de embalagens de vidro em todas as suas modalidades, bem como matérias primas e componentes para essas finalidades e a prestação de serviços e assistência técnica no campo de tais atividades, podendo ainda participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista.

1.1. Reapresentação das demonstrações contábeis

Em conformidade com o CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia identificou reclassificações a serem realizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 anteriormente apresentadas. As reclassificações tiveram efeito apenas nos saldos patrimoniais de ativo, conforme demonstrado abaixo:

Ativo	Nota	2017 (Reapresentado)	Ajustes e Reclassificações	2017
Caixa e equivalentes de caixa (a)	8	27.517.050	(8.338.564)	35.855.614
Contas a receber de clientes	9	60.155.883		60.155.883
Estoques (b)	10	25.944.055	(2.401.598)	28.345.653
Impostos a recuperar		2.508.188		2.508.188
Imposto de renda e contribuição social	11	50.644		50.644
Despesas antecipadas		1.076.584		1.076.584
Outros investimentos (a)		8.338.564	8.338.564	-
Outros créditos		1.579.897		1.579.897
Total do ativo circulante		127.170.865	2.401.598	129.572.463
Instrumentos financeiros derivativos	23	82.138		82.138
Impostos a recuperar		2.238.876		2.238.876
Outros créditos		415.924		415.924
Total do realizável a longo prazo		2.736.938	-	2.736.938
Outros investimentos Imobilizado (b)	12	203.209		203.209
Intangível		252.493.962	2.401.598	250.092.364
Total do ativo não circulante		120.542		120.542
		255.554.651	2.401.598	253.153.053
Total do ativo		382.725.516	-	382.725.516

(a) A Companhia possuía saldos no montante de R\$ 8.338.564 aplicados em fundos cambiais, com risco significativo de mudança de valor, classificados como “caixa e equivalentes de caixa”, tais valores foram reclassificados para a linha de “outros investimentos”.

- (b) No grupo de estoques estavam registrados bens de alto valor no montante de R\$ 2.401.598, adquiridos para reparo e conservação do ativo imobilizado, com impacto na vida útil do bem, que foram reclassificados para o ativo imobilizado.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 26 de setembro de 2018. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 9 - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 11 - Mensuração do imposto de renda e da contribuição social;
- Nota explicativa nº 12 - Vida útil do ativo imobilizado; e
- Nota explicativa nº 22 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de juros de ajuste a valor presente das contas a receber, reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Idade (anos)	Taxa (%)
Edificações	6 a 59	1,69 a 16,67
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 29	3,45 a 16,67
Móveis e utensílios	6 a 14	7,14 a 16,67
Veículos	6 a 14	7,14 a 16,67

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativo intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando A Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não adota a contabilidade de hedge (hedge accounting).

(v) Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido compondo seu capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

i. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

l. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas tenham um impacto nas demonstrações contábeis da Companhia no período de adoção inicial:

a. Impactos da adoção do CPC 48 e CPC 47

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia avaliou o impacto estimado da aplicação inicial de tais pronunciamentos em suas demonstrações contábeis. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018 baseia-se em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações contábeis. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes pois:

As novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações contábeis que incluam a data de aplicação inicial.

Em relação ao CPC 48, embora a Companhia tenha critérios de mensuração a considerar, não houveram impactos significativos.

Em relação ao CPC 47, embora a Companhia tenha critérios de mensuração de receita com clientes a serem considerados, não houveram impactos desta norma na aplicação inicial.

b. CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a Companhia optou pela mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira dos recebíveis de contrato de concessão que possui um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão ocorrer para os recebíveis de cliente no modelo do CPC 48. Com base na metodologia de impairment, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de impairment do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável como segue:

Contas a receber e outros recebíveis

Por se tratar de carteira de cliente pulverizada, a Companhia utilizou os estudos divulgados pelo mercado em relação ao risco de inadimplência, sobre o seu contas a receber de clientes.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangente (ORA); e

o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

(iv) Divulgações

A CPC 48 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da CPC 48 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da CPC 48, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018;
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - ✓ A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido;

- ✓ A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR;
- ✓ A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

c. CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

A CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 - Receitas, CPC 17 - Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente.

(i) Venda de Mercadoria

Para vendas de mercadoria, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

De acordo com a CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de mercadoria são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para venda de mercadoria.

d. CPC 06 (R1) Leases (Arrendamentos)

A CPC 06 (R1) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da CPC 06 (R1).

A CPC 06 (R1) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia está em processo de conclusão do potencial impacto em suas demonstrações contábeis, mas ainda não completou sua avaliação. A aplicação da CPC 06 (R1) nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Não são esperados impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a CPC 06 (R1) substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

(i) Determinar se um contrato contém um arrendamento

Na transição para a CPC 06 (R1), a Companhia pode optar por:

Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da CPC 06 (R1) para todos os seus contratos; ou

Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação a definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará a CPC 06 (R1) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que seriam identificados como arrendamentos de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4.

(ii) Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

Abordagem retrospectiva; ou
Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

A Companhia pretende aplicar a CPC 06 (R1) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da CPC 06 (R1) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

e. Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	26.185	9.201
Saldo bancário	1.048.021	9.478.037
Aplicação financeira de curto prazo	26.442.844	24.522.340
Caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa	<u>27.517.050</u>	<u>34.009.578</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, aplicadas em bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 23.

9. Contas a receber de clientes

	2017	2016
Contas a receber - no país	62.154.767	84.922.706
Menos:		
Ajuste a valor presente - AVP	(1.024.853)	(1.953.667)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(974.031)	(1.020.095)
Total	<u>60.155.883</u>	<u>81.948.944</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	2017	2016
Créditos a vencer	60.523.208	83.230.121
Créditos em atraso de 01 a 30 dias	265.790	359.571
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	24.445	3.185
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	-	58
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	39.779	62.588
Créditos em atraso acima de 181 dias	1.301.545	1.267.183
Total	<u>62.154.767</u>	<u>84.922.706</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas contas a receber de clientes em aberto provisionando prováveis perdas no saldo com percentual progressivo, baseado no prazo em que as contas a receber se encontram em aberto.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo da provisão em 1º de janeiro de 2017	1.020.095
Reversão da provisão durante exercício	(46.064)
Saldo da provisão em 31 de dezembro de 2017	<u>974.031</u>

Movimentação do ajuste a valor presente - AVP

Saldo em 1º de janeiro de 2017	1.953.667
Ajuste durante exercício	(928.814)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.024.853</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na nota explicativa nº 23.

10. Estoques

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Produtos acabados	10.446.825	19.621.133
Matérias-primas	8.481.953	5.141.103
Combustíveis	182.465	164.122
Material de embalagem	297.134	290.503
Materiais de manutenção	3.695.971	3.478.449
Materiais auxiliares	1.878.552	1444.769
Outros materiais - insumos	961.156	995.044
Total	<u>25.944.056</u>	<u>31.135.124</u>

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

	2017	2016
Ativo circulante		
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	50.643	50.643
Ativo de impostos diferidos		
Instrumentos financeiros derivativos - NDF´s	521.151	1.334.410
Provisão para contingências	270.825	110.142
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	2.358.197
Ajuste a valor presente do contas a receber	348.350	664.247
	<u>1.140.326</u>	<u>4.466.996</u>
Passivo de impostos diferidos		
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	(2.102)	464.251
Ajuste a valor presente de fornecedores	(61.084)	-
Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(29.963.557)	(20.570.384)
Passivo de impostos diferidos	(30.026.743)	(20.106.133)
Saldo líquido	(28.886.417)	(15.639.137)

Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Reconhecidos no resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Instrumentos financeiros derivativos - NDF´s	1.334.410	(813.259)	521.151
Provisão para contingências	110.142	160.683	270.825
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.358.197	(2.358.197)	-
Ajuste a valor presente do contas a receber	664.247	(315.897)	348.350
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	464.251	(466.353)	(2.102)
Ajuste a valor presente de fornecedores	-	(61.084)	(61.084)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(20.570.384)	(9.393.173)	(29.963.557)
Impostos diferidos (líquido)	(15.639.137)	(13.247.280)	(28.886.417)
Efeito no resultado		(13.247.280)	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

a. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2017	2016
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	54.576.075	36.509.535
(-) Deduções de juros sobre capital próprio	(831.078)	(780.488)
	<u>53.744.997</u>	<u>35.729.047</u>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	18.273.299	12.147.876
Exclusões / Adições permanentes:	150.505	(3.039.737)
	<u>18.423.804</u>	<u>9.108.139</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(5.176.524)	(3.595.971)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.247.280)	(5.512.168)
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

12. Imobilizado

	Terrenos e Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Bens de Reparo e Conservação	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2016	31.733.389	228.829.969	460.879	1.745.704	1.805.488	-	264.575.429
Adições	-	438.944	-	22.869	3.457.171	-	3.918.984
Alienações	-	(740.138)	(4.497)	-	-	-	(744.635)
Transferências	3.094.064	1.034.613	5.189	96.950	(4.230.816)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	34.827.453	229.563.388	461.571	1.865.523	1.031.843	-	267.749.778
Adições	18.245	488.598	-	34.067	50.067.326	2.401.597	53.009.834
Alienações	-	(836)	-	-	-	-	(836)
Transferências	2.581.397	48.364.994	-	-	(50.946.391)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.427.095	278.416.144	461.571	1.899.590	152.778	2.401.597	320.758.775
Depreciação:							
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(1.793.497)	(41.724.304)	(187.914)	(837.940)	-	-	(44.543.655)
Depreciação no exercício	(490.435)	(11.179.345)	(20.949)	(139.675)	-	-	(11.830.403)
Alienações	-	18.387	2.249	-	-	-	20.635
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.283.932)	(52.885.262)	(206.614)	(977.615)	-	-	(56.353.423)
Depreciação no exercício	(505.585)	(11.247.401)	(20.895)	(137.622)	-	-	(11.911.503)
Alienações	-	110	-	-	-	-	110
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.789.517	(64.132.553)	(227.509)	1.115.237	-	-	68.264.816
Valor líquido contábil:							
Em 31 de dezembro de 2016	32.543.521	176.678.126	254.957	887.908	1.031.843	-	211.396.356
Em 31 de dezembro de 2017	34.637.578	214.283.591	234.062	784.353	152.778	2.401.597	252.493.461

Os investimentos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2017 foram decorrentes da reconstrução do forno 1, troca de todas as máquinas e equipamentos com atualização tecnológica e aumento de sua capacidade produtiva e competitiva.

13. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados, que inclui honorários da diretoria e premiação por alcance de metas, foi de R\$ 962.224 (R\$ 482.028 em 2016).

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica/odontológica, farmácia, educação, entre outros.

Os montantes referentes a benefícios a empregados registrados em despesas administrativas e custo do produto vendido no resultado estão apresentados abaixo:

	2017	2016
Alimentação do trabalhador	3.753.791	3.582.210
Participação nos lucros	808.350	218.300
Assistência médica/odontológica	1.864.723	1.772.085
Seguro de vida em grupo	216.259	136.879
	<u>6.643.123</u>	<u>5.709.474</u>

14. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores mercado interno	11.740.271	16.057.129
Fornecedores mercado externo	9.312.500	1.047.161
Ajuste a valor presente - AVP	(179.659)	-
Total	<u>20.873.112</u>	<u>17.104.290</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 23.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

15. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 23.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Bancos/contratos	Número do Contrato	Data vencimento	Modalidade	Taxas		Saldo em 31/12/2016	Adições		Amortizações		Saldo em 31/12/2017	Prazos	
				Base	Spread ao Ano		Valor Liberado no exercício	Juros e variação cambial provisionados	Principal	Juros		Curto Prazo	Longo Prazo
Banco Bradesco	7278409	06/02/2017	Capital de Giro	CDI - POS	3,78%	183.556	-	2.213	181.719	4.050	-	-	-
Banco Bradesco	7278469	06/02/2017	Capital de Giro	CDI - POS	3,78%	245.083	-	2.609	242.293	5.399	-	-	-
Banco Bradesco	7584385	10/06/2017	Capital de Giro	CDI - POS	3,91%	136.394	-	1.785	135.129	3.050	-	-	-
Banco Votorantim	206060	05/01/2017	Capital de Giro	CDI - POS	4,91%	117.319	-	340	115.868	1.791	-	-	-
Banco Itau	1906077019	11/04/2018	4131	CDI - POS	3,66%	5.207.841	-	609.999	3.266.012	838.696	1.713.132	1.713.132	-
Banco Itau	1922877012	17/05/2017	4131	CDI - POS	3,66%	4.745.315	-	619.671	5.263.014	101.972	-	-	-
Banco Itau	1995877014	09/01/2018	4131	CDI- POS	9,38%	3.491.932	-	1.151.168	2.104.247	1.444.512	1.094.341	1.094.341	-
Banco Itau	2030577015	11/05/2018	4131	CDI- POS	6,42%	1.090.838	-	338.687	721.091	335.340	373.094	373.094	-
Banco Itau	2030977017	11/05/2018	4131	CDI- POS	6,42%	3.169.087	-	952.726	2.088.761	952.320	1.080.732	1.080.732	-
Banco Itau	2146177015	03/08/2020	4131	CDI- POS	3,00%	-	14.225.850	903.573	-	-	15.129.423	6.061.466	9.067.957
Banco Citi	312673	26/02/2017	Capital de Giro	CDI - POS	4,16%	368.873	-	14.380	377.627	5.626	-	-	-
Banco Citi	43592	17/10/2017	4131	CDI - POS	5,66%	5.162.412	-	1.468.292	5.314.050	1.316.654	-	-	-
Banco Santander	10500	24/07/2017	Capital de Giro	PRE	20,27%	4.957.675	-	336.881	4.939.805	354.751	-	-	-
Banco ABC	4086616	10/04/2019	Capital de Giro	CDI - POS	5,54%	6.743.379	-	879.103	2.469.445	893.802	4.259.235	3.199.513	1.059.722
Banco Safra	1056280	12/11/2018	Capital de Giro	CDI - POS	4,28%	3.857.084	-	411.739	1.964.465	420.709	1.883.649	1.883.649	-
Itau-Semco	65680052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	57.424	-	2.981	12.273	3.017	45.115	12.388	32.727
Itau -Maq	65690052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	18.375	-	954	3.927	966	14.436	3.964	10.472
Itau-Korper	59720052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	351.587	-	18.252	75.142	18.472	276.225	75.847	200.378
Itau-Gardner	59730052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	561.302	-	29.141	119.964	29.489	440.990	121.089	319.901
Itau-Arko	77950092	15/09/2021	Finame	PRE	6,04%	170.558	-	8.873	35.812	8.978	134.641	36.156	98.485
Itau-Somov	77940052	15/09/2021	Finame	PRE	6,04%	464.475	-	24.164	97.527	24.450	366.662	98.464	268.198
Itau-Weg	65670052	31/08/2021	Finame	PRE	6,04%	203.928	-	10.587	43.584	10.714	160.217	43.993	116.224
Itau-KSB	59740052	15/08/2021	Finame	PRE	6,04%	53.158	-	2.760	11.361	2.793	41.764	11.468	30.296
Itau-Boldrocchi	77940052	30/0/2021	Finame	PRE	6,04%	151.967	-	7.906	31.909	7.999	119.965	32.216	87.749
Itau-Saturno	77910052	15/10/2021	Finame	PRE	6,04%	110.226	-	5.747	22.745	5.813	87.415	22.969	64.446
Total geral						41.619.788	14.225.850	7.804.531	29.637.770	6.791.363	27.221.036	15.864.477	11.356.559
Circulante						29.612.667					15.864.477		
Não circulante						12.007.121					11.356.559		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm os seguintes cronogramas de vencimento:

Ano de vencimento:	2017	2016
2017	-	29.612.667
2018	15.864.477	9.911.036
2019	6.242.823	1.321.450
2020	4.793.344	454.244
2021	320.392	320.391
Total	27.221.036	41.619.788

Garantias

Abaixo são demonstradas as garantias oferecidas pela Companhia por modalidades de empréstimos:

Modalidade	Garantia
Capital de giro	Aval Quatroefe e duplicatas (30%)
Finame	Garantidos pelos equipamentos

16. Debêntures a pagar

	2017	2016
Debêntures a pagar (passivo circulante)	29.710.606	14.516.326
(-) Custo de transação a incorrer	(1.043.623)	(1.132.260)
Total	28.666.983	13.384.066
Debêntures a pagar (passivo não circulante)	76.112.536	105.392.217
(-) Custo de transação a incorrer	(2.739.154)	(3.694.141)
Total	73.373.382	101.698.076
Total das Debentures a pagar	102.040.365	115.082.142

Em 16 de setembro de 2014, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476. O valor unitário das debêntures é de R\$10.000, totalizando R\$134.000.000, feita com uma sindicalização de Bancos composta pelo Banco do Brasil, Banco Votorantim, Banco Bradesco e Banco Itaú, cujo mandatário foi o Banco do Brasil.

A Emissão de debentures no valor de R\$ 134.000.000,00 (cento e trinta e quatro milhões de reais), possui prazo para pagamento com carência de 18 (dezoito) meses e 66 (sessenta e seis) meses para amortização. Esses recursos agregados ao saldo anterior, ao aporte de capital dos acionistas e geração de caixa da Companhia foram integralmente utilizados na nova planta industrial.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP, acrescidos de um spread equivalente a 4,85% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes no contrato de emissão de debentures como segue:

- Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária previstas na Escritura de Emissão e/ou em qualquer Instrumento de Garantia relacionada às Debêntures, não sanado na respectiva data de vencimento;
- Decretação de falência da Emissora e Quatroefe, pedido de autofalência pela Emissora, pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal, pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- Extinção, liquidação ou dissolução da Emissora;
- Manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao PIS/PASEP, COFINS e FGTS;
- Enviar periodicamente aos Debenturistas, balanços, balancetes, informações sobre a Companhia;
- Ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora realize qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso (i) o Projeto não tenha entrado em operação; (ii) a Emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e nos Instrumentos de Garantia, incluindo mas não se limitando ao Covenant Financeiro (conforme abaixo definido) e, (iii) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, não observe o mínimo 1,2;
- O valor total do endividamento financeiro líquido da Companhia, em relação ao EBITDA anual não poderá ultrapassar os seguintes limites: em 2014 de 4,0x, em 2015 de 3,5x e de 2016 a 2019 de 3x;
- A Companhia não poderá ter declarado antecipado nenhuma dívida ou obrigação com valor igual ou superior à R\$ 5.000.000;
- A Companhia não poderá fazer alteração do objeto social que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticada e nem ter ocorrência de qualquer alteração no controle acionário direto ou indireto, sem a prévia e expressa anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente para esse fim;

- A Companhia não poderá emitir títulos ou valores mobiliários representativos de dívida; e
- Serão passíveis de penalidades por parte dos debenturistas: Se a Companhia efetuar investimentos em outras sociedades, emitir debêntures conversíveis em ações, celebrar ou amortizar contratos e mútuos, fazer cisão, fusão ou incorporação de ações, fazer redução de capital social, vender, locar ou ceder totalidade ou parte dos ativos, ter protestos de títulos com valor superior a R\$1.000.000 (um milhão de reais) e transformação de sociedade anônima para sociedade limitada.

A Companhia obteve junto aos debenturistas, em assembleia geral dos titulares das debentures, realizada em 15 de julho de 2016, uma carência adicional para o pagamento da amortização das debentures da seguinte forma:

- De 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2017 amortizados 10% do valor mensal inicialmente contratado, passando de R\$ 2.000.620,00 para R\$ 200.062,00 mensais; e
- A partir de 15 de agosto de 2017 a amortização passou a R\$ 2.440.140,00 mensais, de modo a compensar o período de amortização reduzida, mantendo o prazo final do contrato inalterado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atende a todas as suas cláusulas contratuais restritivas.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 140.191.227 (R\$ 95.519.401 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 164.875.209 ações ordinárias (idêntico em 2016), todas nominativas, sem valor nominal, não conversíveis para qualquer outra forma.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

Reserva de retenção de lucros

A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será deliberada segundo a proposta dos órgãos da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações contábeis conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 08.

Dividendos

De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	36.152.271	27.401.396
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(1.807.614)	(1.370.070)
(=) Lucro líquido ajustado	34.344.657	26.031.326
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	20,00%	20,00%
Dividendo mínimo obrigatório - 20%	6.868.931	5.206.266
(-) Juros sobre capital próprio, líquido IRRF	(706.416)	(663.415)
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	6.162.515	4.542.851

18. Receita operacional líquida

	2017	2016
Receita bruta fiscal	337.496.803	359.341.518
Menos:		
Impostos sobre vendas	(86.247.804)	(92.891.661)
Devoluções e abatimentos	(1.693.998)	(1.838.082)
Total	249.555.001	264.611.775

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

19. Custo dos produtos vendidos

	2017	2016
Combustíveis/energéticos	52.708.587	57.659.011
Matérias primas	55.872.770	65.771.488
Mão de obra e encargos	22.639.211	22.609.102
Depreciações	11.558.188	11.706.303
Materiais de manutenção	4.125.896	4.725.947
Materiais de embalagens	3.319.402	4.680.256
Alimentação ao trabalhador	2.533.906	2.585.795
Assistência médica	1.709.526	1.469.275
Materiais auxiliares	4.882.084	6.240.490
Prestação de serviços	1.853.720	1.531.573
Materiais de uso e consumo	715.233	728.926
Materiais de segurança	252.917	249.093
Seguro de vida em grupo	66.664	71.344
Outros custos	1.469.519	923.588
Total	<u>163.707.623</u>	<u>180.952.191</u>

20. Despesas administrativas e gerais

	2017	2016
Despesas com pessoal	5.189.146	4.626.986
Benefícios sociais	1.722.322	1.422.572
Serviços de terceiros	1.227.319	740.434
Consumo de materiais	1.315.387	657.889
Energia elétrica	134.983	214.068
Despesas tributárias	196.170	344.707
Despesas com comunicações	61.986	54.605
Viagens e representações	134.366	72.851
Depreciação e amortização	131.398	130.265
Despesas indedutíveis	21.824	17.698
Outras despesas	425.121	486.702
Total	<u>10.560.022</u>	<u>8.768.777</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

21. Despesas financeiras e receitas financeiras

	2017	2016
Receitas financeiras		
Receitas sobre aplicações financeiras	2.058.382	2.010.920
Ganhos com derivativos - NDF´s (nota 23)	235.777	-
Ganhos com derivativos - Swap (nota 23)	3.803.743	-
Ajuste a valor presente clientes	928.814	-
Ajuste a valor presente fornecedores	179.659	-
Variação cambial positiva	1.988.661	2.857.357
Outros	250.412	422.703
	<u>9.445.448</u>	<u>5.290.980</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(28.312.081)	(28.081.971)
Variação cambial negativa	(1.557.843)	(329.857)
Descontos concedidos	(13.330)	(93.042)
Perdas com derivativos - NDF´s (nota 23)	-	(11.705.993)
Perdas com derivativos - Swap (nota 23)	-	(2.068.735)
Ajuste a valor presente clientes	-	(772.419)
Ajuste a valor presente fornecedores	-	(169.167)
Despesas bancárias	(143.832)	(163.915)
Despesas com cobrança	(33.135)	(26.601)
Juros/multa de mora	(79.642)	(4.953)
	<u>(30.139.863)</u>	<u>(43.416.653)</u>
Financeiras Líquidas	<u>(20.694.415)</u>	<u>(38.125.673)</u>

22. Contingências

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras demandas administrativas e judiciais sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer em face de eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificam essas demandas como de provável ou possível êxito.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) à opinião dos assessores jurídicos da Companhia, à natureza dos processos e à experiência histórica.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	2017	2016
Cíveis	1.078.414	1.078.414
Trabalhistas	796.546	323.947
Total	<u>1.874.959</u>	<u>1.402.361</u>

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 34.718 em 2017 (R\$ 151.933 em 2016), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

23. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de dezembro de 2017	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	27.517.050	35.855.614
Contas a receber de clientes	60.155.883	60.155.883
Outros Investimentos	8.338.564	8.338.564
Outros créditos	1.995.821	1.995.821
Total	<u>98.007.318</u>	<u>98.007.318</u>
Outros passivos financeiros		
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Fornecedores e outras contas a pagar	21.320.159	21.320.159
Empréstimos e financiamentos	27.221.036	27.221.036
Debêntures a pagar	102.040.365	102.040.364
Total	<u>150.581.560</u>	<u>150.581.559</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

31 de dezembro de 2016	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	34.009.578	34.009.578
Contas a receber de clientes	81.948.944	81.948.944
Outros créditos	2.808.818	2.808.818
Total	<u>118.767.340</u>	<u>118.767.340</u>
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Fornecedores e outras contas a pagar	17.551.512	17.551.512
Empréstimos e financiamentos	41.619.788	41.619.788
Debêntures a pagar	115.082.142	115.082.142
Total	<u>174.253.442</u>	<u>174.253.442</u>

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar possuem o valor justo que se aproximam do valor justo. Os contratos de swap são atualizados ao seu valor futuro, com base nas taxas e índices contratados, e descontados ao seu valor presente pelas taxas de Mercado divulgadas por fontes externas (BM&FBovespa), pelo prazo a decorrer.

Em nenhum ano, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda;
- Risco operacional;

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes aos endividamentos são discutidas e aprovadas em reuniões mensais do conselho de administração. As demais estratégias tomadas são apresentadas na Assembleia de acionistas que tomam ciência das decisões tomadas. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção e nas estratégias de comercialização.

As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelo conselho de administração e diretoria.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A Companhia não exige garantias com relação à Contas a receber e outros recebíveis como é a prática de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, os clientes mais relevantes da Companhia, representado por 5 clientes, são responsáveis por R\$ 49.422.477 (R\$ 72.527.220 em 2016) do saldo contábil de Contas a receber de clientes, o que representa 82% (86% em 2016) do saldo total do seu contas a receber.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos	Nota	2017	2016
Caixa e bancos	8	1.074.206	9.487.238
Aplicações financeiras	8	26.442.844	24.522.340
Contas a receber no país	9	60.155.883	81.948.944
Total		<u>87.672.933</u>	<u>115.958.522</u>

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um longo período, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Em 31 de dezembro de 2017	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	20.873.112	20.873.112	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	27.221.036	15.860.167	11.036.167	324.702	-
Debêntures a pagar	102.040.365	28.666.983	56.473.255	16.900.127	-
Outras contas a pagar	447.047	447.047	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	17.104.290	17.104.290	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	41.619.788	29.612.667	9.911.036	2.096.085	-
Debêntures a pagar	115.082.142	13.384.066	29.281.680	72.416.396	-
Outras contas a pagar	447.222	447.222	-	-	-

(iii) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Os ativos e passivos expostos a variações das taxas de juros são os seguintes:

	Nota	2017	2016
Aplicações financeiras	8	26.442.844	24.522.340
Empréstimos e financiamentos e Debêntures a pagar	15 e 16	(129.261.401)	(156.701.930)
Déficit apurado		<u>(102.818.557)</u>	<u>(132.179.590)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variação cambial e de taxas de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2017.

Desta forma o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

	Cenário I		Cenário II				Cenário III			
			Incremento		Deterioração		Incremento		Deterioração	
	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo
Empréstimos e financiamentos										
Finame (TJLP)	6,00	1.687.433	7,50	126.557	4,50	75.934	9,00	151.869	3,00	50.623
Capital de giro (CDI)	12,00	25.533.603	15,00	3.830.040	9,00	2.298.024	18,00	4.596.049	6,00	1.532.016
Debêntures	12,00	105.823.142	15,00	15.873.471	9,00	9.524.083	18,00	19.048.166	6,00	6.349.389
Efeito Líquido				<u>19.830.068</u>		<u>11.898.041</u>		<u>23.796.084</u>		<u>7.932.028</u>

(iv) Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia contratou operações relativas a instrumentos financeiros como hedge para tais fins.

(v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

	2017	2016
Total do passivo	205.663.663	219.215.100
Caixa e equivalentes de caixa	(27.517.050)	(34.009.578)
Dívida líquida (A)	178.146.613	185.205.522
Total do patrimônio líquido (B)	177.116.362	147.957.684
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	1.01	1.25

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à captação de empréstimos em moeda estrangeira. Com o objetivo de mitigar este risco, a Companhia adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos empréstimos em moeda estrangeira.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

Derivativos	Compra/ Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (US\$)	Valor justo (R\$)
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/01/2018	265.330	163.058
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/04/2018	261.207	174.169
Termo	Comprado	CETIP	NDF	09/01/2018	340.311	742.136
Termo	Comprado	CETIP	NDF	12/03/2018	170.758	166.228
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/05/2018	165.516	167.654
Termo	Comprado	CETIP	NDF	12/03/2018	58.944	59.499
Termo	Comprado	CETIP	NDF	11/05/2018	57.138	60.053
					1.319.203	1.532.797
					-	(1.532.797)
Passivo circulante					-	(1.532.797)

Os acionistas aprovaram a contratação de contrato de swap, com o mesmo prazo de duração dos contratos de empréstimos com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia designou os instrumentos financeiros derivativos de swap para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

Derivativo	Nocional	Ponta ativa % a.a.	Ponta passiva % a.a.	Mercado	Vencimento	31/12/2017
Swap	2.635.603	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	14/02/2018	60.893
Swap	2.522.290	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	13/08/2018	46.939
Swap	2.414.862	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	08/02/2019	26.379
Swap	2.313.995	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	07/08/2019	5.525
Swap	2.216.332	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	03/02/2020	(17.826)
Swap	2.122.768	Δ US\$ + Spread	100,00% do CDI	CETIP	03/08/2020	(39.772)
Ativo não circulante						<u>82.138</u>

Impacto no resultado

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado do exercício. Desta forma, os impactos contabilizados no resultado foram de:

Derivativo	Mercado	Risco	Referência	2017
NDF	CETIP	Dólar	(nota 21)	235.777
Swap	CETIP	CDI	(nota 21)	3.803.743
				4.039.520
				(-) IR/CS diferidos
				<u>(1.373.437)</u>
				<u>2.666.083</u>

24. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.

b. Ativo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 50.608.236 (R\$ 3.918.984 em 2016), dos quais R\$ 8.761.260 (R\$ 640.784 em 2016) encontram-se em aberto na rubrica de fornecedores, não afetando o caixa da Companhia. Pagamentos em caixa de R\$ 41.846.976 (R\$ 3.278.200 em 2016) foram feitos para aquisição de imobilizado.

25. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

26. Eventos Subsequentes

Em setembro de 2018 a Companhia assinou um acordo de compra de uma fábrica em Estância (SE), pertencente a multinacional Veralia. A operação depende da aprovação junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).